

**CENTRO POPULAR DE CULTURA E
DESENVOLVIMENTO - CPCD**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio social líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas do
Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD
Curvelo - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às pequenas e médias empresas (CPC PME) e às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - R1 - Entidades sem finalidade de lucros).

Base para opinião com ressalva

Ausência de recebimento de circularização de bancos

Não obtivemos respostas às cartas de confirmações (circularizações) enviadas a instituição financeira Banco Cooperativo SICOOB. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a estas instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)

Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Entidade protocolou o requerimento de renovação do CEBAS - Certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87). Em 2021, o processo de renovação foi indeferido e devido a pandemia mundial do Coronavírus (COVID-19), enfrentada em todo o mundo, mudanças de políticas e estratégias do Governo e mudanças das rotinas do Ministério da Cidadania, a Entidade foi orientada pelos seus assessores jurídicos a entrar com um novo recurso, reunir e revisar a documentação requerida para realizar novo pedido de renovação do CEBAS e, conseqüentemente, obter a manutenção da isenção de contribuições para a seguridade social. A Administração da Entidade, com base em medidas administrativas vem recorrendo desta decisão de indeferimento da renovação do CEBAS, cujo sucesso depende do desfecho destas ações. As presentes demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relacionados ao indeferimento da renovação do Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às pequenas e médias empresas (CPC PME) e às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - R1 - Entidades sem finalidade de lucros) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

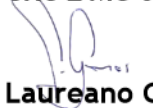
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de julho de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 MG 009485/F-0



Laureano Gomes de Oliveira Souza

Contador CRC 1 MG 110753/O

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas operacionais	14		
Doações	-	94.312	446.688
Repasse financeiros	14.1	3.588.242	3.313.705
Prestação de serviços	14.2	2.775.847	1.897.453
Resultado financeiro	-	116.136	73.504
		6.574.537	5.731.350
Despesas operacionais	15		
Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais	15.1	(4.233.921)	(4.121.692)
Despesas gerais/apoio administrativo	15.2	(1.960.233)	(1.529.965)
		(6.194.154)	(5.651.657)
Superavit líquido do exercício		380.383	79.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Superavit líquido do exercício	380.383	79.693
Resultado abrangente total do exercício	380.383	79.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit líquido/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.393.556	(918.411)	475.145
Incorporação do déficit de 2021	(918.411)	918.411	-
Superavit líquido do exercício	-	79.693	79.693
Saldos em 31 de dezembro de 2022	475.145	79.693	554.838
Incorporação do superávit de 2022	79.693	(79.693)	-
Superavit líquido do exercício	-	380.383	380.383
Saldos em 31 de dezembro de 2023	554.838	380.383	935.221
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit líquido/(déficit) do exercício	380.383	79.693
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação do exercício	109.615	168.504
Resultado na Alienação de ativos	-	(17.169)
	489.998	231.028
(Aumento)/redução nos ativos		
Recursos vinculados a projetos e convênios	(200.062)	1.007.368
Créditos a receber	119.299	(366.051)
	(80.763)	641.317
Aumento/(Redução) nos passivos		
Fornecedores	13.504	29.921
Obrigações sociais e trabalhistas	46.790	(59.904)
Obrigações com projetos e convênios	200.060	(1.007.366)
	260.354	(1.037.349)
Caixa líquido das atividades operacionais	669.589	(165.004)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(492.291)	(86.311)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(492.291)	(86.311)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos, líquidos	(55.740)	161.766
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(55.740)	161.766
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	121.558	(89.549)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	125.010	214.559
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	246.568	125.010
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	121.558	(89.549)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, com a seguinte missão: promover educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica.

A Entidade é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, do CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos, devidamente, em seus demonstrativos contábeis.

O CPCD se dedica à implementação e realização de projetos inovadores, programas integrados e plataformas de transformação social e desenvolvimento sustentável, destinados, preferencialmente, às comunidades e cidades brasileiras com menos de 50 mil habitantes onde vivem mais de 95% da população brasileira.

Dentre seus projetos sociais podemos destacar: Projeto Ser Criança, Projeto Fabriquetas, Projeto Parelheiros Saudável, Projeto Barra Longa: Presente do Futuro Saudável, Projeto Júpiter, Projeto Quintais Saudáveis, Projeto de Apoio Pedagógico, Projeto De Desenvolvimento Socioeconômico de Igarapé, São Joaquim De Bicas E Brumadinho, dentre outros.

Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 29 de julho de 2024.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000 (CPC PME) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas combinadas com a ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2. Sumário das políticas contábeis materiais

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a)** vida útil estimada do imobilizado;
- (b)** provisão para riscos e processos judiciais.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.5. Redução ao valor recuperável (impairment)

De acordo com a NBC TG 1000 (CPC - PME) - seção 27 - “Redução ao Valor Recuperável dos Ativos”, os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável.

2.6. Doações e subvenções

As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9. Patrimônio social

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

2.10. Apuração do superávit ou déficit

O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios.

2.11. Isenção tributária

A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e estar devidamente regularizada nos órgãos normativos.

2.12. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado (superávit e déficit). Os ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit (déficit) na rubrica “Receitas financeiras” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetado pela referida operação.

iii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Obrigações com projetos e convênios.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2023.

2.13. Trabalho voluntário

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas também no resultado do exercício.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalente de caixa	246.568	125.010
Total do disponível	246.568	125.010

4. Recursos vinculados a projetos e convênios

Compreende os valores recebidos de terceiros por meio de convênios e que serão utilizados no exercício seguinte, assim dispostos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Brazil Foundation	223.305	-
Casa Saudável Anajatuba	-	1.830
CMD Araçuaí	-	20.000
Casa Saudável Boca do Mel	-	257
Prefeitura de Curvelo	-	10.257
 CODEMA	 32.066	 22.968
Total do disponível	255.371	55.312

5. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se à prestação de serviços realizados pela entidade, conforme os contratos pactuados:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Instituto Viva a Vida	-	69.273
Fundação Renova	250.069	283.550
Outros	-	16.545
Total do Créditos a Receber	250.069	369.368

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

6. Imobilizado

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte, conforme levantamento físico dos bens patrimoniais:

	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Telefones	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	203.715	204.029	106.155	263.304	25.710	3.713	806.626
Aquisição	-	41.684	16.700	-	22.711	5.215	86.310
Baixa	-	-	-	17.169	-	-	17.169
Depreciação	-	(38.435)	(24.171)	(92.624)	(12.503)	(773)	(168.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	203.715	207.278	98.684	187.849	35.918	8.155	741.599
Custo total	203.715	789.020	370.605	819.578	340.349	18.483	2.541.750
Depreciação acumulada	-	(581.742)	(271.921)	(631.729)	(304.431)	(10.328)	(1.800.151)
Valor contábil	203.715	207.278	98.684	187.849	35.918	8.155	741.599
Saldos em 31 de dezembro de 2022	203.715	207.278	98.684	187.849	35.918	8.155	741.599
Aquisição	400.000	66.787	16.956	-	7.943	605	492.291
Depreciação	-	(21.729)	(11.852)	(69.050)	(6.409)	(575)	(109.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	603.715	252.336	103.788	118.799	37.452	8.185	1.124.275
Custo total	603.715	855.807	387.561	819.578	348.292	19.088	3.034.041
Depreciação acumulada	-	(603.471)	(283.773)	(700.779)	(310.840)	(10.903)	(1.909.766)
Valor contábil	603.715	252.336	103.788	118.799	37.452	8.185	1.124.275

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

7. Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Moeda nacional		
Sicoob	180.592	210.000
Bradesco	-	9.363
Banco do Brasil	-	16.970
	180.592	236.333
Passivo circulante	103.195	70.000
Passivo não circulante	77.397	166.333
	180.592	236.333

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros (covenants) e tampouco não financeiras.

Os valores são utilizados para pagamento da folha dos funcionários da Entidade. Os empréstimos foram contratados em 30 parcelas, com início dos pagamentos do principal em 2022 e ao final do exercício de 2023 já tinham sido pagas 12/30.

8. Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Entidade. Em 31 de dezembro os saldos estão demonstrados assim:

	2023	2022
Fornecedores de serviços	30.249	85.886
Fundação Renova	70.971	1.830
	101.220	87.716

9. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro estão demonstradas assim:

	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	326.409	101.159
Provisão de férias e encargos	-	206.253
INSS a recolher	23.280	13.634
FGTS a recolher	33.063	16.510
PIS a recolher	4.872	2.716
IRRF a recolher	16.256	16.817
	403.879	357.089

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

10. Gratuidades e subvenções

A Entidade recebe gratuidades e subvenções relacionadas à isenção tributária, trabalhos voluntários e benefícios financeiros na prestação de serviços e fornecimento de produtos.

A Entidade mantém registrado em contas próprias as suas obrigações com os impostos e as contribuições retidas na fonte dos terceiros e os incidentes para os seus respectivos recolhimentos.

A Entidade protocolou o requerimento de renovação da certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87).

Em 2021, o processo de renovação foi indeferido e a CPCD entrou com um novo recurso de renovação. Devido a pandemia mundial do Corona Vírus (COVID-19), enfrentada em todo mundo, mudanças de políticas e estratégias do Governo e mudanças das rotinas das secretarias, a Entidade foi orientada a reunir a documentação completa e necessária para a realização de um novo pedido do CEBAS junto ao ministério responsável pela certificação, o Ministério da Cidadania, desta vez comprovando de forma mais clara e precisa que a Entidade reúne todos os requisitos (gratuidade nas ofertas, continuidade nas ofertas e planejamento nas ofertas) para gozar das isenções tributárias propiciadas pela certificação junto ao Ministério da Cidadania.

Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento a ITG 2002 R1 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2023, caso as obrigações fossem devidas.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas operacionais) R\$ 135.912; PIS/COFINS (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta e Receita Financeira) R\$ 103.454; IRPJ e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício superávit) R\$129.329. Ressaltamos que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

11. Provisão para contingências

A Entidade possui ações judiciais em andamento, oriundos do curso normal de suas atividades, existindo certos processos em andamento e riscos associados. Conforme determina o 'CPC PME - Seção 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes' e tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Entidade, não há necessidade de constituir provisões para perdas ou de outras divulgações, uma vez que não há processos de natureza passiva com expectativa de perdas prováveis em 31 de dezembro de 2023.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

Os processos de natureza passiva com expectativa de perda possível são de R\$ 69.777,50 (cento e trinta e nove mil e seiscentos reais), em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 139.600 em 31 de dezembro de 2022).

12. Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e os membros Diretoria Executivo da Entidade não são remunerados, conforme determina a Lei nº 12.101/09.

13. Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 935.222 (R\$ 554.839 em 31 de dezembro de 2022).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

14. Receitas operacionais

14.1. Repasses financeiros

A Entidade recebeu repasses de convênios firmados com empresas e órgãos públicos, durante o exercício, registrados em contas de receita da seguinte forma:

	2023	2022
Projeto Prefeitura de Curvelo	-	75.000
Projeto Codema	20.998	-
Projeto Brazil Foundation	949.848	1.218.378
Projeto Parelheiros Saudável - T. A. IVV	-	59.415
Projeto Ser Criança - CMDCA - Araçuaí	125.222	2.480
Projeto Porticus MA	-	136
Projeto Araçuaí	-	39.743
Projeto Quintais - Fund. Renova	-	497.593
Projeto Natura	-	396.756
Projeto Jupter	-	611.155
Projeto Secretaria Estado	-	110.000
Projeto BDMG Cultural	-	19.500
Projeto IBEAC	63.023	-
Projeto Ser Criança Araçuaí	270.474	-
Projeto Comunidades Saudáveis - IVV	451.071	-
Projeto Dedo de Gente	60.603	-
Projeto Sitio SP	1.645.169	-
Outros	1.834	283.549
Total dos Repasses financeiros	3.588.242	3.313.705

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)

14.2. Prestação de serviços

A Entidade recebeu receitas oriundas da prestação de serviço da seguinte forma:

	2023	2022
Fundação renova	1.465.878	-
Vida vida Instituto	1.011.015	1.897.453
Banco do Brasil	57.600	-
Outros	241.354	-
	2.775.847	1.897.453

15. Despesas operacionais

15.1. Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais

As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser demonstradas assim:

	2023	2022
Projeto Prefeitura de Curvelo	-	(53.797)
Projeto Brazil Foundation	(797.071)	(1.056.431)
Projeto Araçuaí	(7.492)	-
Projeto Quintais - Fund. Renova	(117.470)	(234.315)
Projeto Natura	-	(438.387)
Projeto Jupter	(27.202)	(349.904)
Projeto Secretaria Estado	-	(5.800)
Projeto BDMG Cultural	-	(12.500)
Projeto Codema	(69.579)	-
Projeto IBEAC	(154.902)	-
Projeto Ser Criança Araçuaí	(347.069)	(298.885)
Projeto Comunidades Saudáveis	(422.657)	-
Projeto Sitio Maravilha	(127.880)	(72.408)
Projeto Dedo de Gente	(324.722)	(390.472)
Projeto Guaira - Andrelândia	(174.891)	-
Projeto Quintais	(880.967)	-
Projeto Sitio SP	(537.691)	-
Projeto Arasempre	-	(215.600)
Projeto Presente Futuro Saudável - Renova	-	(51.039)
Projeto Instituto Inguá	-	(73.950)
Projeto Instituto Guairá	-	(17.353)
Projeto Sigma Ser Criança	(4.328)	-
Outros	(240.000)	(850.851)
Total do Repasses financeiros	(4.233.921)	(4.121.692)

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

15.2. Despesas gerais apoio administrativo

As despesas gerais da Entidade com podem ser demonstradas assim:

	2023	2022
Folha de pagamento	999.760	1.033.403
Serviços de terceiros	633.025	225.608
Depreciação	156.625	194.785
Encargos sobre a folha	151.589	76.169
Outros	19.234	-
	1.960.233	1.529.965

- a) **Projeto Brazil Foundation (Geração):** Através do projeto Geração em Igarapé/MG, nos bairros Cidade Nova e Bom Jardim, formou 23 mulheres como educadoras sociais e contratou 9 para atuarem como agentes comunitárias. Realizou 30 oficinas de permacultura, com atendimento de 78 pessoas. Beneficiou 34 famílias, auxiliando na construção de quintais produtivos e 4 escolas, com a construção de hortas comunitárias escolares, que beneficiaram e contaram com a participação de 288 alunos. Realizou 31 feiras e 12 festivais de caldos para oportunizar a geração de renda do grupo de mulheres. O resultado foi uma renda anual aferida em R\$ 49,5 mil reais, dividida entre 9 mulheres do grupo.
- Em São Joaquim das Bicas/MG, nos bairros Belo Vale e Vila Rica, e em Brumadinho, formou 24 mulheres como educadoras sociais e contratou 10 agentes comunitárias a partir da formação. Realizou 10 feiras de trocas, com participação de 86 pessoas. Oficina de permacultura de 40 horas contou com a participação de 120 pessoas.
- b) **Projeto Vale Água, Vale Vida -Prefeitura Municipal de Araçuaí - CODEMA:** Na zona rural da cidade, atendeu a 25 famílias de agricultores familiares atuando na implementação e formação acerca de tecnologias sociais de segurança hídrica, segurança alimentar e saneamento rural na APA Chapada do Lagoão. Junto com essas famílias fez o atendimento com vistas a promover o acesso à água segura. Construiu 7 cisternas de captação de água de chuva, 2 tanques de evapotranspiração e 3 tanques de peixe, além de promover formação continuada em gestão de recursos hídricos para 30 pessoas da comunidade;
- c) **Projeto Ser Criança:** O projeto atendeu diretamente a 160 crianças e adolescentes de 06 a 14 anos e 107 famílias, pelo projeto Ser Criança: Educação pelo Brinquedo, durante os dias do ano letivo, no contraturno escolar. O projeto realizou ações formativas junto a 3 escolas parcerias e 2 organizações da sociedade civil, atendendo de forma pontual a mais 1385 crianças da rede pública de ensino. Para esse público promoveu também doações de alimentos, contabilizando 1285 kits de verduras, legumes, frutas, além da oferta diária de alimentação (almoço e lanche, nos dois turnos) às 160 crianças e adolescentes no projeto. Com fins de promover os direitos da infância, participou de 8 reuniões do CMDCA e teve atuação em casos específicos identificados entre o público atendido, acionando a Rede de Proteção;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

- d) **Projeto Quintais:** o Projeto Quintais Saudáveis de Barra Longa recuperou e revitalizou, junto a 111 pessoas, 37 quintais, integrando tecnologias permaculturais e bioconstrutivas para melhorar as condições de vida e a capacidade produtiva de pessoas que vivem à beira do Rio Gualaxo, em espaço afetado pelo rompimento da barragem do Fundão. A partir dessa atuação, espera-se retomar o vínculo dos moradores com seu território e seus quintais, além de criar alternativas para uma vida e alimentação mais saudáveis. Aconteceram ainda 38 atividades comunitárias relacionadas a conteúdos formativos de permacultura, que envolveram a participação de 220 pessoas.
- e) **Projeto Parelheiros Saudável - Territórios Abraçados - Instituto Viva Vida:** na capital paulista, a Plataforma Parelheiros Saudável: Territórios Abraçados tem como objetivo tornar Parelheiros uma comunidade saudável, ética, amorosa, econômica, social e culturalmente mais humana. Em 2023, as atividades ocorreram em 6 bairros - Barragem, Colônia, Jardim Silveira, Nova América, São Norberto e Vargem Grande, localizadas em Parelheiros, na zona sul - principalmente no que diz respeito ao cuidado com o time, ao atendimento semanal a crianças, hortas comunitárias, promoção ao acesso aos livros e à literatura e o banco da solidariedade. O projeto atendeu a 4.651 pessoas diretamente, a partir das atividades abaixo que são oferecidas cotidianamente na sede do projeto e em espaços comunitários:
- **Alfabetização:** 46;
 - **Banco da Solidariedade:** 254;
 - **Guardiões - crianças da comunidade:** 213;
 - **Hortas Comunitária e Permacultura:** 267;
 - **Oficinas Comunitárias:** 1.035;
 - **Biblioteca/Banco do Livro:** 1.930;
 - **Pontos Luminosos:** 906.
- f) **Projeto Dedo de Gente:** o projeto Cooperativa Dedo de Gente envolveu em Curvelo oportunizou a jovens e adolescentes de baixa renda e situação de risco, capacitando-os a cooperados e bolsistas com uma renda mensal (média de R\$ 1.671 para jovens cooperados e R\$ 270 para jovens bolsistas). Foram mais de 120 horas de capacitações técnicas e metodológicas. Houve a criação de 88 novos produtos.

O projeto Cooperativa Dedo de Gente envolveu em Araçuaí 4 jovens, cooperados e bolsistas, com renda mensal média de R\$ 970 para jovens cooperados. Houve a criação de 17 novos produtos.

16. Seguros (não auditado)

A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)**

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

17. Trabalho voluntário

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade a qual interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho, perfazendo o valor total de R\$ 2.977.

18. Eventos subsequentes

A Lei nº 14.789/2023, cuja vigência iniciou-se em 1º/01/2024, estabelece os critérios de apuração de crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. A empresa não possui nenhum benefício tributário vinculado à implantação ou expansão de empreendimento econômicos. Entretanto, referido diploma legal revogou o artigo 30 da Lei 12.973/2014 que, com a redação alterada pela Lei Complementar 160/2017, equiparava os benefícios tributários de ICMS concedidos pelos Estados e Distrito Federal às subvenções de investimento.

A diretoria concluiu que este tema não possui efeito em suas operações.

Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD
Sebastião Rocha - CPF: 156.402.056-87
Diretor Presidente

ABILITÀ ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA
CRC: MG 012293/O-1 - CNPJ: 26.898.067/0001-89
ADRIANA MARIA ROCHA BARBOSA - CRC: 78.305- MG - CONTADORA
RG: MG-7.226.489 - PC-MG - CPF: 031.117.666-67